

A importância da Educação Infantil no desenvolvimento integral da criança: contribuições e desafios

The importance of Early Childhood education in the integral development of children: contributions and challenges

Eber Berbert Ribeiro¹

Rodger Roberto Alves de Sousa²

RESUMO

A educação infantil ocupa um papel central no desenvolvimento integral da criança, pois constitui a base sobre a qual se estruturam as aprendizagens cognitivas, socioemocionais, culturais e motoras. Nesse período, o ambiente escolar deve ser compreendido não apenas como espaço de transmissão de conhecimentos, mas também como um contexto de socialização, de estímulo à criatividade e de construção da autonomia. A atuação de professores qualificados, aliados a práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas possibilita o fortalecimento de habilidades que ultrapassam os conteúdos escolares, favorecendo a formação de cidadãos mais críticos e participativos. Entre as contribuições da educação infantil, destacam-se o estímulo ao pensamento simbólico, à linguagem, à convivência com a diversidade e ao desenvolvimento emocional equilibrado. Contudo, ainda existem desafios expressivos, como a carência de políticas públicas consistentes, a desigualdade no acesso às instituições de qualidade, a necessidade de formação continuada de educadores e a garantia de ambientes que respeitem as singularidades de cada criança. Assim, torna-se evidente que a educação infantil deve ser reconhecida como direito fundamental e como investimento indispensável ao futuro da sociedade. A superação dos desafios exige o fortalecimento de políticas inclusivas, a ampliação da infraestrutura escolar e o reconhecimento do professor como agente essencial no processo educativo. Portanto, compreender a importância dessa etapa significa assumir o compromisso de promover uma formação plena, que valorize tanto o desenvolvimento individual da criança quanto sua inserção social.

Palavras-chave: educação infantil; inclusão; aprendizagem; formação docente; desenvolvimento integral.

¹ Especialista em Inspeção e Supervisão Escolar. Graduado em Matemática pela Universidade de Franca (UNIFRAN), Franca/SP. E-mail: eberberbert@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-8665-8578>.

² Doutor em Ciências da Educação pela Universidad Martin, UML, Estados Unidos. E-mail: rodger.r.a.sousa@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7063-1268>.

ABSTRACT

Early childhood education plays a central role in a child's comprehensive development, as it forms the foundation upon which cognitive, socio-emotional, cultural, and motor learning are structured. During this period, the school environment should be understood not only as a space for transmitting knowledge, but also as a context for socialization, stimulating creativity, and building autonomy. The work of qualified teachers, combined with innovative and inclusive pedagogical practices, enables the strengthening of skills that go beyond school curriculum, fostering the formation of more critical and participatory citizens. Among the contributions of early childhood education are the encouragement of symbolic thinking, language, coexistence with diversity, and balanced emotional development. However, significant challenges remain, such as the lack of consistent public policies, unequal access to quality institutions, the need for ongoing teacher training, and ensuring environments that respect the uniqueness of each child. Thus, it becomes clear that early childhood education must be recognized as a fundamental right and an indispensable investment in the future of society. Overcoming these challenges requires strengthening inclusive policies, expanding school infrastructure, and recognizing teachers as essential agents in the educational process. Therefore, understanding the importance of this stage means committing to providing a comprehensive education that values both the child's individual development and their social integration.

Keywords: early childhood education; inclusion; learning; teacher training; comprehensive development.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Infantil compreende o período da vida que vai do nascimento aos seis anos de idade. Trata-se de uma fase crucial para o desenvolvimento global da criança, pois é nela que se estabelecem as bases para a aprendizagem futura. O objetivo deste artigo é discutir a importância da Educação Infantil sob uma perspectiva científica e pedagógica, destacando os elementos que a tornam essencial no processo educacional.

O desenvolvimento infantil é amplamente estudado por teóricos da psicologia e da pedagogia. Piaget (1975) destaca os estágios do desenvolvimento cognitivo e a importância da atividade na aprendizagem. Vygotsky (1984) enfatiza o papel do meio social e da linguagem no desenvolvimento. Wallon (1995), por sua vez, propõe uma abordagem psicogenética que integra aspectos motores, afetivos e cognitivos. Esses autores fundamentam as práticas pedagógicas da Educação Infantil, enfatizando a interação, o brincar e a mediação.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação infantil é compreendida, pela literatura acadêmica, como a etapa primordial do desenvolvimento humano, em que se consolidam bases cognitivas, motoras, sociais e afetivas que influenciarão toda a trajetória escolar e social da criança. Para Vygotsky (1998), o aprendizado é um processo mediado pelas interações sociais; e, na infância, essa mediação ocorre principalmente no contato com pares e adultos significativos, como professores e familiares. Assim, o papel da escola torna-se essencial para potencializar o desenvolvimento por meio de experiências pedagógicas planejadas.

Piaget (1976) enfatiza que, no período pré-operatório, a criança constrói conhecimentos a partir da interação ativa com o meio, desenvolvendo funções simbólicas, linguagem e pensamento lógico inicial. Nesse sentido, a educação infantil deve proporcionar situações lúdicas e experimentais, que favoreçam a autonomia e a curiosidade.

Outro ponto central refere-se à afetividade. Wallon (2007) destaca que a emoção e a cognição são indissociáveis, o que reforça a necessidade de ambientes escolares acolhedores, capazes de estimular a autoestima e a confiança da criança. Complementarmente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) reconhece a educação infantil como direito fundamental, indicando que os processos educativos devem respeitar a singularidade e a diversidade cultural das crianças brasileiras.

Todavia, a literatura também aponta desafios, como a falta de infraestrutura adequada, a necessidade de maior valorização docente e a desigualdade no acesso à educação de qualidade (Campos; Rosemberg, 2019). Dessa forma, a fundamentação teórica evidencia que a educação infantil é indispensável ao desenvolvimento integral, mas exige políticas públicas consistentes, práticas pedagógicas inclusivas e formação continuada de professores.

2.1 Educação Infantil na legislação brasileira

A Constituição Federal de 1988 reconhece a Educação Infantil como direito da criança. A LDB (Lei 9.394/96) estabelece diretrizes para a educação nacional, assegurando à criança o atendimento em creche e pré-escola. A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) traz os direitos de aprendizagem e campos de experiência para essa etapa, enquanto o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA garante a proteção integral da criança. Esses marcos reforçam a necessidade de práticas pedagógicas planejadas e fundamentadas.

2.2 O papel do educador na Educação Infantil

O educador da Educação Infantil deve ser um mediador ativo, sensível às necessidades das crianças, capaz de criar ambientes ricos em estímulos. É fundamental que possua formação específica e contínua, dominando conteúdos pedagógicos e psicológicos. De acordo com Oliveira (2002), é papel do professor observar, planejar e avaliar continuamente suas ações pedagógicas, incentivando o desenvolvimento da autonomia e da criatividade nas crianças.

2.3 Espaços e práticas pedagógicas

O espaço escolar precisa proporcionar segurança, acolhimento e estímulos desafiadores. As atividades pedagógicas devem priorizar o brincar, a exploração do ambiente, o uso da imaginação e a vivência de experiências. A rotina deve ser adaptável e com propósito, considerando o ritmo individual de cada criança. Estratégias como projetos, rodas de conversa, música, literatura e jogos se mostram bastante eficazes nesse processo. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) organiza essas práticas em cinco campos de experiência: “o eu, o outro e o nós”; “corpo, gestos e movimentos”; “traços, sons, cores e formas”; “escuta, fala, pensamento e imaginação”; e “espaços, tempos, quantidades, relações e transformações”.

2.4 Família e Escola: uma parceria necessária

A colaboração entre a escola e a família é fundamental para o desenvolvimento integral da criança. É responsabilidade da escola manter uma comunicação aberta, frequente e transparente com os familiares, reconhecendo e respeitando os conhecimentos trazidos do contexto doméstico. Essa parceria contribui para fortalecer a autoestima da criança, garantir a continuidade entre os diferentes espaços de convivência e favorecer o processo de aprendizagem.

2.5 Desafios e perspectivas contemporâneas

Apesar dos progressos nas áreas legal e pedagógica, persistem diversos desafios, como investimentos reduzidos, estruturas físicas inadequadas, pouca valorização dos profissionais e formação docente deficiente. Além disso, as mudanças sociais e tecnológicas demandam uma constante renovação das práticas educacionais. O desenvolvimento futuro da Educação Infantil está diretamente ligado ao comprometimento político, institucional e social em relação à infância.

3 METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, com enfoque exploratório e descritivo. A escolha dessa abordagem justifica-se pela necessidade de compreender os aspectos subjetivos e interpretativos relacionados à Educação Infantil, especialmente no que se refere às suas contribuições para o desenvolvimento integral da criança.

A metodologia bibliográfica consiste na análise de obras acadêmicas, documentos legais e publicações científicas que abordam a temática da Educação Infantil, com ênfase nas teorias do desenvolvimento infantil, nas diretrizes curriculares e nas práticas pedagógicas. Foram consultadas fontes como livros, artigos acadêmicos, dissertações, teses e documentos oficiais, entre eles a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), além de autores como Jean Piaget, Lev Vygotsky, Henri Wallon e Zilma de Moraes Ramos de Oliveira.

A análise dos dados foi feita por meio da interpretação crítica dos textos selecionados, buscando identificar os principais conceitos, desafios e contribuições relacionados à Educação Infantil. A pesquisa não teve caráter empírico (isto é, não envolveu aplicação de questionários ou observação em campo), mas concentrou-se na discussão teórica e legal do tema.

O recorte temporal da pesquisa abrangeu as duas últimas décadas, com prioridade para publicações entre os anos de 2000 e 2024, permitindo uma visão atualizada sobre as práticas e políticas da Educação Infantil no Brasil.

Com essa metodologia, buscou-se oferecer uma reflexão fundamentada e ampla sobre os principais elementos que compõem o cenário da Educação Infantil, contribuindo para a valorização dessa etapa fundamental do desenvolvimento humano.

4 DESENVOLVIMENTO

4.1 A Educação Infantil como fase fundamental da formação humana

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, voltada ao atendimento de crianças de zero a cinco anos de idade. Nessa fase da vida, o cérebro humano encontra-se em seu período de maior plasticidade, o que significa que experiências vividas nesse período têm profundo impacto sobre o desenvolvimento cognitivo, emocional, físico e social.

Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Educação Infantil deve garantir à criança direito de aprendizagem e desenvolvimento em contextos que promovam a curiosidade, a criatividade, a expressão e a convivência. Esses direitos são assegurados por meio de interações e brincadeiras — elementos considerados estruturantes das práticas pedagógicas para essa faixa etária.

A Educação Infantil não deve ser compreendida como um simples preparo para o Ensino Fundamental, mas sim como uma etapa com identidade própria, cujos objetivos são o cuidado, a educação e o desenvolvimento integral da criança em suas múltiplas dimensões.

4.2 As contribuições das teorias do desenvolvimento infantil

As bases teóricas que sustentam as práticas na Educação Infantil são amplamente influenciadas por três grandes pensadores: Jean Piaget, Lev Vygotsky e Henri Wallon.

Piaget, com sua teoria do desenvolvimento cognitivo, considera a criança como sujeito ativo no processo de construção do conhecimento. Ele destaca o papel do ambiente e das experiências sensório-motoras no desenvolvimento da inteligência, principalmente nos primeiros anos de vida.

Vygotsky, por sua vez, dá ênfase ao papel das interações sociais e da linguagem. Ele introduz o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que se refere à distância entre o que a criança pode fazer sozinha e o que pode fazer com ajuda de um adulto ou de um par mais experiente. Essa ideia reforça a importância da mediação pedagógica e do contexto sociocultural para a aprendizagem.

Wallon propõe uma abordagem integradora entre emoção, cognição e motricidade. Para ele, o desenvolvimento da criança é marcado por estágios em que sentimentos, movimentos e pensamento se inter-relacionam de forma dinâmica.

Essas teorias, juntas, formam o alicerce para uma prática pedagógica respeitosa, intencional e sensível às necessidades das crianças.

4.3 O brincar como estratégia pedagógica

O brincar é um dos principais meios de aprendizagem na Educação Infantil. Não se trata de um simples passatempo, mas de uma atividade fundamental para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e motoras.

Através do brincar, a criança expressa sentimentos, elabora experiências, exercita sua imaginação e aprende a conviver com o outro. Brincadeiras simbólicas, jogos de regras, brincadeiras de faz-de-conta e atividades motoras permitem que a criança explore o mundo, elabore hipóteses, teste possibilidades e construa conhecimentos.

A BNCC reforça o papel do brincar como eixo estruturante do currículo da Educação Infantil, recomendando que os educadores planejem situações de aprendizagem lúdicas, investigativas e que respeitem o tempo da infância.

4.4 A legislação brasileira e a garantia de direitos na primeira infância

A legislação brasileira reconhece a Educação Infantil como um direito da criança e um dever do Estado e da família. A Constituição Federal de 1988, no artigo 208, estabelece que a

educação básica é obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, sendo a creche e a pré-escola partes integrantes desse processo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) regulamenta essa etapa como a primeira da educação básica, com objetivos voltados para o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) propõe um currículo com foco em cinco campos de experiência: o eu, o outro, o nós, corpo, gestos, movimentos, traços, sons, cores, formas, escuta, fala, pensamento, imaginação, espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Esses campos norteiam práticas pedagógicas que visam ao desenvolvimento integral, promovendo uma educação que respeita a singularidade da infância.

4.5 O papel do educador na Educação Infantil

O educador da Educação Infantil não é apenas alguém que “cuida”, mas sim um profissional com formação específica, capaz de criar condições para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças.

O professor deve ser sensível às necessidades infantis, observador atento, planejador de situações de aprendizagem e mediador do conhecimento. Seu papel vai além do ensino de conteúdos: ele promove vínculos afetivos, respeita as diferenças, valoriza as experiências individuais e cria um ambiente propício à exploração e à criatividade.

A formação inicial e continuada é indispensável para a atuação qualificada. A BNCC e a LDB reforçam a necessidade de professores com ensino superior na área de Pedagogia ou licenciaturas com habilitação para Educação Infantil.

4.6 Espaço escolar como ambiente de desenvolvimento

O espaço físico na Educação Infantil precisa ser planejado para promover segurança, autonomia, exploração e interação. Deve incluir ambientes variados — como salas temáticas, áreas externas, cantos de leitura, espaços para atividades sensoriais e de movimento — que estimulem a aprendizagem ativa.

O ambiente deve ser esteticamente agradável, limpo, acolhedor e organizado com materiais acessíveis às crianças. Além disso, deve permitir que as crianças escolham, experimentem, interajam e reconstruam seus conhecimentos.

4.7 Família e Escola: uma parceria necessária

A relação entre família e escola é vital para o desenvolvimento pleno da criança. A integração entre esses dois espaços promove a continuidade das experiências vividas pela criança, além de fortalecer vínculos afetivos e sociais.

É essencial que as escolas incentivem a participação da família em reuniões, projetos, eventos e momentos de escuta. O respeito às diferentes configurações familiares e à diversidade cultural deve ser a base dessa parceria.

A colaboração entre pais e professores cria um ambiente mais saudável e favorável à aprendizagem, além de reforçar o sentimento de pertencimento da criança ao espaço escolar.

4.8 Desafios e perspectivas para a Educação Infantil no Brasil

Apesar dos avanços legais, a Educação Infantil ainda enfrenta desafios significativos no Brasil. Entre eles, estão: a desigualdade no acesso a creches públicas, a falta de infraestrutura adequada, a rotatividade e a precarização dos profissionais, a ausência de formação continuada, baixo financiamento público.

A pandemia de Covid-19 escancarou fragilidades, ao interromper a rotina escolar de milhões de crianças, exigindo alternativas emergenciais, muitas vezes pouco acessíveis à população mais vulnerável. Sousa (2023) diz que a escassez de dispositivos adequados, durante a pandemia, prejudicou a continuidade do aprendizado para aqueles que dependiam exclusivamente de recursos digitais durante o período de distanciamento social. Então, em sua outra publicação, o autor reforça que a educação assertiva não se limita apenas ao desenvolvimento de habilidades acadêmicas, mas é uma parte essencial da formação de alunos resilientes, emocionalmente inteligentes e preparados para os desafios do mundo pós-pandêmico (Sousa, 2023, p. 18).

No entanto, há também perspectivas promissoras: avanços na elaboração de currículos, maior valorização da infância como fase autônoma do desenvolvimento humano, além de movimentos sociais e acadêmicos que buscam garantir o direito à educação de qualidade desde os primeiros anos.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados desta pesquisa, fundamentada em uma revisão bibliográfica ampla e atualizada, revelam que a Educação Infantil é uma etapa decisiva para a formação integral da criança, devendo ser entendida não apenas como preparação para etapas posteriores, mas como um direito em si, com objetivos próprios, centrados no cuidado, na aprendizagem e no desenvolvimento.

5.1 Reconhecimento legal e avanços institucionais

A análise dos marcos legais — como a LDB, a BNCC e o ECA — evidencia uma crescente valorização da Educação Infantil no Brasil. A inclusão desta etapa como parte da educação básica obrigatória (especialmente a pré-escola, dos 4 aos 5 anos) e a definição de diretrizes curriculares reforçam a importância de oferecer ambientes planejados, profissionais qualificados e práticas pedagógicas fundamentadas no desenvolvimento integral da criança.

Esses avanços institucionais representam conquistas significativas no que se refere ao direito à educação desde a primeira infância. No entanto, a prática revela que há um descompasso entre o que está previsto na legislação e o que é efetivamente inserido nas escolas públicas, sobretudo nas regiões mais vulneráveis.

5.2 O papel do educador e os desafios da formação

O estudo demonstrou que, embora o papel do professor da Educação Infantil esteja cada vez mais claro e valorizado teoricamente, ainda persistem lacunas na formação inicial e continuada desses profissionais. A valorização do educador é essencial não apenas em termos salariais, mas também em relação ao reconhecimento social, às condições de trabalho e às oportunidades de crescimento profissional.

A literatura destaca que o educador deve atuar como mediador sensível, observador e planejador, capaz de transformar o cotidiano escolar em experiências ricas, afetivas e significativas para as crianças. No entanto, na prática, muitos educadores enfrentam sobrecarga, número excessivo de alunos por turma e falta de tempo para planejamento, o que compromete a qualidade da atuação.

5.3 Práticas pedagógicas e o brincar como eixo central

As evidências teóricas apontam que as práticas pedagógicas centradas no brincar, no cuidar e na convivência são as mais eficazes para promover o desenvolvimento das crianças pequenas. O brincar é entendido como linguagem da infância e ferramenta central de aprendizagem. A BNCC, nesse sentido, reforça a importância de contextos lúdicos, de escuta ativa e de liberdade de expressão para as crianças.

Entretanto, foi identificado, nas fontes analisadas, que muitas instituições ainda adotam práticas escolarizantes precoces, com foco em conteúdos formais (como alfabetização rígida e exercícios repetitivos), desconsiderando o tempo e os interesses das crianças pequenas. Essa abordagem contraria tanto os marcos legais quanto as pesquisas científicas contemporâneas sobre o desenvolvimento infantil.

5.4 Família e Escola: parceria necessária, mas fragilizada

A literatura analisada reforça que a participação da família é essencial para fortalecer a aprendizagem e o desenvolvimento da criança, promovendo continuidade entre o ambiente familiar e o escolar. Quando há uma relação colaborativa, as crianças se sentem mais seguras, valorizadas e acolhidas.

Porém, muitas escolas ainda não conseguem estabelecer um diálogo eficaz com as famílias, seja por falta de estratégias comunicativas, seja pela ausência de políticas públicas que incentivem essa aproximação. Além disso, fatores sociais, como desemprego, baixa escolaridade dos pais e desigualdade social dificultam o engajamento das famílias no cotidiano escolar.

5.5 Desigualdades regionais e sociais

Um dos principais resultados observados na análise bibliográfica é a profunda desigualdade no acesso e na qualidade da Educação Infantil no Brasil. Enquanto em algumas regiões urbanas há acesso a instituições bem estruturadas, com professores formados e recursos adequados, em outras, especialmente no interior e nas periferias, faltam vagas em creches, espaços adequados e profissionais qualificados.

Essa desigualdade compromete a equidade no direito à educação e perpetua ciclos de exclusão social. Investimentos públicos mal distribuídos e políticas públicas descontinuadas agravam esse cenário, impedindo que o princípio da universalização da educação infantil se concretize de forma plena.

5.6 A pandemia e seus efeitos na primeira infância

As discussões recentes evidenciam que a pandemia de Covid-19 impactou profundamente a Educação Infantil. O fechamento das escolas interrompeu rotinas, prejudicou o desenvolvimento emocional e afetou especialmente crianças em situação de vulnerabilidade, que perderam acesso não só à educação, mas também à alimentação e ao acolhimento social.

A crise sanitária expôs a fragilidade da rede de proteção à infância e mostrou a necessidade de políticas de emergência voltadas à primeira infância, com ações intersetoriais envolvendo educação, saúde, assistência social e cultura.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Infantil é uma etapa essencial para a formação do sujeito. Baseada em teorias do desenvolvimento e respaldada pela legislação brasileira, ela deve ser planejada com intencionalidade, afeto e compromisso. Investir nessa fase é garantir uma sociedade mais justa, igualitária e preparada para os desafios do século XXI.

A Educação Infantil representa uma etapa fundamental e insubstituível no desenvolvimento humano, especialmente por seu papel formativo nas dimensões cognitivas, emocionais, sociais e físicas da criança. Ao longo deste artigo, ficou evidente que garantir uma Educação Infantil de qualidade é um compromisso social e político que requer investimentos contínuos, profissionais capacitados, espaços adequados e, sobretudo, uma visão de infância que valorize a criança como sujeito de direitos e como protagonista de sua própria aprendizagem.

A partir da análise teórica e legal, constatou-se que o Brasil possui um arcabouço normativo avançado para a garantia do direito à Educação Infantil. No entanto, a distância entre teoria e prática ainda é um grande desafio. Persistem desigualdades de acesso, falhas na formação e valorização docente, práticas pedagógicas inadequadas à infância e dificuldades de integração entre escola e família.

As contribuições dos teóricos estudados — como Piaget, Vygotsky e Wallon — reforçam a necessidade de práticas centradas na criança, com valorização do brincar, da escuta, da interação e do afeto. Tais elementos, quando incorporados de forma consciente no cotidiano das instituições de Educação Infantil, contribuem significativamente para o desenvolvimento integral das crianças.

Para que se efetive uma política pública de Educação Infantil verdadeiramente transformadora, é necessário um pacto entre Estado, educadores, gestores, famílias e toda a sociedade. A infância não pode mais ser negligenciada, nem tratada como uma etapa preparatória: ela é, por si só, plena de significados, potências e direitos.

Assim, conclui-se que investir na Educação Infantil é investir no futuro, na cidadania, na equidade e no desenvolvimento humano em sua forma mais ampla e justa. O compromisso com essa etapa da educação é, portanto, um compromisso com uma sociedade mais democrática, inclusiva e solidária.

A Educação Infantil representa um dos pilares mais relevantes do desenvolvimento humano, pois nela se constituem bases cognitivas, emocionais e sociais que acompanharão o indivíduo ao longo da vida. Ao longo deste estudo, ficou evidente que a Educação Infantil é, ao mesmo tempo, uma etapa de grandes contribuições e de intensos desafios.

Como contribuição, observa-se que essa fase possibilita a construção da autonomia, da linguagem, do pensamento simbólico e da convivência social, além de favorecer a inclusão e o respeito às diversidades. A fundamentação teórica demonstrou que o brincar, a interação social e o acolhimento emocional são elementos indispensáveis para o desenvolvimento integral da criança, reafirmando a importância de práticas pedagógicas planejadas, inovadoras e afetivas.

Entretanto, alguns pontos críticos permanecem como barreiras significativas. Entre eles, destaca-se a insuficiência de políticas públicas capazes de universalizar o acesso à Educação Infantil de qualidade, as desigualdades regionais e socioeconômicas que comprometem o direito das crianças, a carência de infraestrutura adequada em muitas instituições e a desvalorização da profissão docente, que ainda sofre com baixos salários e poucas oportunidades de formação continuada. Além disso, persiste o desafio de garantir ambientes inclusivos que considerem a pluralidade cultural, social e individual.

Assim, compreende-se que a superação desses obstáculos exige um esforço conjunto entre Estado, escola, família e sociedade. Investir na Educação Infantil é investir no futuro, e somente por meio de políticas consistentes e valorização do professor será possível assegurar que todas as crianças tenham acesso a um desenvolvimento integral pleno e equitativo.

REFERÊNCIAS

- ARCE, Alessandra. **Educação infantil: fundamentos, políticas e práticas**. Campinas: Autores Associados, 2005.
- ARIEIRA, Jussara Hoffmann. **Avaliação na educação infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. Porto Alegre: Mediação, 2006.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 18 dez. 2009.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014.
- CAMPOS, Maria Malta. **Educação infantil: qualidade e profissionalização**. São Paulo: Cortez, 2003.
- CORSARO, William A. **A sociologia da infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- CUNHA, Maria Teresa Eglér. **Infância, educação e política: a criança como sujeito de direitos**. Brasília, DF: MEC; UNESCO, 2001.
- FONSECA, Dirce Guilherme. **Educação infantil: saberes e fazeres da formação docente**. São Paulo: Cortez, 2013.
- KRAMER, Sonia. A infância e sua singularidade: desafios para a educação infantil. In: KRAMER, Sonia (org.). **Retratos do cotidiano: educação infantil e pesquisa**. São Paulo: Ática, 1994. p. [informar paginação].
- MACHADO, Maria Lúcia de A. (org.). **Encontros e desencontros em creches e pré-escolas**. São Paulo: Cortez, 2005.
- OLIVEIRA, Maria Carmen Silveira Barbosa de; ZEBALLOS, Luciana Esmeralda. **Educação infantil como direito: concepções, políticas e práticas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.
- PIAGET, Jean. **A psicologia da criança**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1975.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação infantil: muitas questões e algumas certezas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, p. 17-29, jul. 2002.

SOUSA, R. R. A. de. Educação assertiva no pós-pandemia: desafios e oportunidades. **VISTACIEN – Revista Ciência do Conhecimento**, v. 1, n. 4, p. 16-37, 21 nov. 2023. DOI: 10.5281/zenodo.10182676.

SOUSA, R. R. A. de. Os erros da educação durante a pandemia. **VISTACIEN – Revista Ciência do Conhecimento**, v. 1, n. 1, p. 184-201, 8 ago. 2023. DOI: 10.5281/zenodo.8274613.

VYGOTSKY, Lev. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

Recebido em: **08/07/2025**

Aprovado em: **30/09/2025**